

O teatro como linguagem para o letramento histórico em contra-educação

Theater as a language for historical literacy in counter-education

El teatro como lenguaje de alfabetización histórica en la contra-educación

Recebido: 22/08/2022 | Revisado: 30/08/2022 | Aceito: 03/09/2022 | Publicado: 11/09/2022

Juliana Fraga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4868-0685>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: prof.juliana.fraga@gmail.com

Marcelo Leandro Eichler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5650-9218>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: exlbr@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe retomar a ideia de uma contra-educação, propondo uma reflexão sobre a potência do teatro para o letramento histórico, a partir do entendimento do seu conceito, importância, emergência e possibilidades. Se em 2013 a filósofa Márcia Tiburi propôs uma contra-educação por perceber que a educação estava rebaixada à informação e à aprendizagem de tecnologias como subserviência à ideologia do capital, a atual conjuntura de exacerbamento de ignorância, impulsionada pelas mídias digitais, crescimento neofascista, e ataques de grupos conservadores a educação, exige uma crítica ética da atualidade e a proposição de outra educação que rompa com o modelo neoliberal, de humilhação e rebaixamento da educação à mercadoria. Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre a potencialidade do teatro como linguagem para o letramento histórico, argumentando que tanto letramento histórico como a prática teatral, num enlace para o enfrentamento à educação promovida pela racionalidade neoliberal, são coerentes com uma proposta engajada com a contra-educação, que promova uma educação libertadora.

Palavras-chave: Teatro; Letramento histórico; Contra-educação; Neoliberalismo.

Abstract

This article proposes to resume the idea of a counter-education, proposing a reflection on the power of theater for historical literacy, from the understanding of its concept, importance, emergence and possibilities. If in 2013 the philosopher Márcia Tiburi proposed a counter-education for realizing that education was reduced to information and learning technologies as a subservience to the ideology of capital, the current situation of exacerbation of ignorance, driven by digital media, neo-fascist growth, and attacks by conservative groups on education, demands an ethical critique of today and the proposition of another education that breaks with the neoliberal model, of humiliation and relegation of education to merchandise. In this sense, this article seeks to reflect on the potential of theater as a language for historical literacy, arguing that both historical literacy and theatrical practice, in a link to confront the education promoted by neoliberal rationality, are coherent with a proposal engaged with the counter-education, which promotes a liberating education.

Keywords: Theater; Historical literacy; Counter-education; Neoliberalism.

Resumen

Este artículo se propone retomar la idea de una contra-educación, proponiendo una reflexión sobre el poder del teatro para la alfabetización histórica, a partir de la comprensión de su concepto, importancia, surgimiento y posibilidades. Si en 2013 la filósofa Marcia Tiburi proponía una contra-educación por darse cuenta de que la educación se reducía a las tecnologías de la información y el aprendizaje como un servilismo a la ideología del capital, la situación actual de exacerbación de la ignorancia, impulsada por los medios digitales, el crecimiento neofascista, y ataques de grupos conservadores a la educación, exige una crítica ética de la actualidad y la proposición de otra educación que rompa con el modelo neoliberal, de humillación y relegación de la educación a la mercancía. En este sentido, el presente artículo busca reflexionar sobre las potencialidades del teatro como lenguaje de alfabetización histórica, argumentando que tanto la alfabetización histórica como la práctica teatral, en un vínculo para confrontar la educación promovida por la racionalidad neoliberal, son coherentes con una propuesta comprometida con la contra-educación, que promueve una educación liberadora.

Palabras clave: Teatro; Alfabetización histórica; Contra-educación; Neoliberalismo.

1. Introdução

Nesses tempos de disputas de verdades, de vigia constante, controle, desmantelamento de instituições, de “democracia em vertigem” (Natasegara; et al., 2019) ou de “pós-democracia”, como define Rubens Casara (2018), a educação está ameaçada. O objetivo desse artigo é propor uma reflexão sobre o contexto atual que emergencia reações, propondo uma discussão e aprofundamento de uma contra-educação, conforme proposta da filósofa brasileira Márcia Tiburi (2013). Por que precisamos de uma contra-educação? O que atualmente compreendemos por contra-educação? Faz-se agora um breve acordo de estilo: usaremos a palavra *contra*, no sentido positivo, isto é, “contra-majoritária”, em discordância a hegemonia neoliberal, e *contra* em itálico para nos referir ao seu sentido negativo, quando hostil a práticas democráticas ou libertadoras.

Nesse sentido, a contra-educação proposta por Tiburi (2013), diferente das políticas atuais de desmantelamento, muitas vezes, claramente, resultantes de um posicionamento *contra* a educação, propõe uma “autorreflexão crítica da educação no sentido de uma autorreflexão ética” (2013, p. 39). Buscando caminhos contrários ao fluxo de uma educação subserviente ao neoliberalismo. Nesse sentido, compreendemos que o letramento histórico converge com essa proposta, principalmente se conectado e/ou atravessado pela potência criativa das artes. Para tanto, consideramos o teatro como linguagem facilitadora e pujante para o letramento, contribuindo com o enfrentamento da ignorância através de uma contra-educação.

A contemporaneidade, que emergencia uma contra-educação, pode ser descrita como obscurantista, na qual desigualdades são dissimuladas e vistas como naturais. Segundo Jessé Souza (2015) a realidade social não é visível a olho nú, não podemos ver e nem nos permitem ver: as ideias dominantes são compartilhadas e repetidas, a realidade é selecionada, distorcida e ocultada. Os discursos de meritocracia são aceitos, “o valor da ‘verdade’ é substituído por uma mercadoria chamada de ‘pós-verdade’, fonte privilegiada para a fabricação de certezas delirantes e fake news” (Casara, 2018, p. 23). A ignorância é produzida e disseminada hiperbolicamente, formando o que compreendemos como uma Sociedade da Ignorância, caracterizada por desinformação, mentiras, múltiplas violências, negacionismos e pensamentos e práticas racistas e/ou neonazistas.

A Sociedade da Ignorância pode ser compreendida como um paradoxo, no qual Antony Brey (2009) já apontava que a produção e popularização da informação pelos meios digitais, que prometia uma “sociedade do conhecimento” ou da “sociedade da informação”, resultaria em mais ignorância, formando, na verdade, uma “sociedade da ignorância”. O fenômeno da digitalização, os avanços das tecnologias de informação e comunicação digital, o advento e popularização da internet, a sociedade gerida por plataformas (van Dijck, 2016), que contribuiu para uma verdadeira explosão de ignorância, não é mero acaso, mas resultante do apogeu do capitalismo e da racionalidade neoliberal que o alicerça.

Assim, visando atingir os objetivos comerciais e políticos do capitalismo contemporâneo, parece haver o investimento em uma arquitetura da ignorância, que forja novas formas de subjetivações, ameaçando as instituições e a democracia, onde ascendem governos e ideologias de extrema-direita. Esse seria o momento contemporâneo dos “tempos sombrios” (Gambetti, 2019), da “necropolítica” (Mbembe, 2020), de crescimento neofascista, plenamente compatível com a antropologia neoliberal e fruto do seu projeto, que prega a competitividade baseada no mérito e a destruição dos “fracos” e “fracassados”, de modo que os assim chamados perdedores se tornam a categoria dos não-humanos.

Por tudo isso, entendemos que vivemos em um momento que requer reflexão profunda e ações que busquem ser resistência criativa diante dos efeitos da Sociedade da Ignorância. Em 2013 Tiburi alertava para o crescimento do ódio, inclusive na Educação, afirmando que o ódio era: “o fio antirelacional na cena educacional brasileira que se esconde atrás do sacrossanto cordialismo que impregna nossas relações. Traduzido em cinismo e hipocrisia que organizam nossos circuitos de poder público e privado” (2013, p. 40), prevenindo que deveríamos estar atentos à sua atuação. Se em 2013 vivenciávamos o ódio enquanto cinismo, atualmente presenciamos a canalhice, onde a linguagem do ódio se tornou mercadoria. Com o avanço digital, o ódio (afeto criado, estimulado e manipulado culturalmente) como fonte de lucro foi impulsionado, pois ele promove

engajamento gerando dinheiro na monetização de publicidade (Tiburi, 2022), segundo reportagem de Tatiana Dias (2018), do *Intercept Brasil*, posts que provocam reações emocionais são mais compartilhados, gerando maior lucro publicitário,

(...) o conteúdo com apelo emocional é, normalmente, o que dá certo e retém atenção, o algoritmo passe a levar nossas preferências ao extremo. Até a radicalização. O Facebook, que privilegia conteúdos compartilhados por amigos, se tornou um ambiente fértil para a disseminação de notícias falsas. Geralmente apelando para o emocional com chamadas duvidosas, elas têm 70% mais chance de se espalharem, segundo um estudo do MIT. Um estudo do Pew, um instituto de pesquisas, mostrou que posts polêmicos e que geram indignação recebem em média três vezes mais comentários e são duas vezes mais compartilhados no Facebook. Nada disso é aleatório. É o coração de seus modelos de negócio, que geram lucro em cima da nossa atenção. (Dias, 2018)

O ódio já não precisa ser contido ou escondido, pois ele é valorizado pelo sistema como mercadoria que pode ser comprada ou vendida (Tiburi, 2022), adquirindo grande valor quando usado para fins políticos. Conforme Néstor García Canclini (2016) vivemos em democracias canalhas, onde a ameaça à democracia é realizada pelo próprio Estado, que já não precisa de recursos linguísticos ou dissimulações, usando a o ódio em seus discursos, fomentando golpes reais ou possíveis. Por exemplo, no Brasil, temos presenciado nesse ano de eleições, o presidente Jair Messias Bolsonaro, questionar a idoneidade do processo eleitoral, mesmo sem nenhum indício ou prova que fundamentasse alguma desconfiança.

Em entrevista concedida a Carme Ferré-Pavia, Gisella Meneguelli e Esmerarda Monteiro, à Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Canclini (2015), chamou de “Democracia Canalha” a democracia em decomposição ou deterioração. A decomposição seria da própria ideia de democracia, em que o suborno se torna o novo contrato social, representações sociais se enfraquecem e vão perdendo seu sentido relacionando-se com forças corruptivas; assim como o aumento do desemprego, trabalho informal crescente, precarização das leis trabalhistas, globalização de dados para fins de espionagem, déficits dos sistemas democráticos, desregulação das regras de mercado de trabalho, instituições públicas abduzidas por poderes empresariais e militares, impunidade aos que traficam bens e pessoas nas fronteiras, o silenciamento, provocado pelo medo de população civil em articular-se diante da perda de seus direitos.

Casara (2018, p. 15) define nosso atual período como uma pós-democracia em que:

os direitos, as garantias fundamentais e os valores democráticos passaram a ser tratados como mercadorias, portanto, como objetos negociáveis ou obstáculos que podem ser facilmente afastados em nome dos interesses repressivos do Estado, que precisa controlar os indesejáveis, aqueles que não interessam ao projeto neoliberal, ou do mercado.

Nesse contexto de avanço conservador o campo da educação fica em disputa, conforme Amanda de Mendonça (2020, p. 35): “liberais, conservadores e agentes religiosos vem permitindo uma ingerência cada vez maior sobre as políticas educacionais, sobre a atuação docente e sobre o papel da escola”. Sob o disfarce de defender a “neutralidade” no ensino, grupos conservadores como o Escola Sem Partido, ameaçam a educação, promovendo perseguição aos professores e a temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e até história. Sendo assim, este artigo tem por objetivo retomar a ideia de uma contra-educação, propondo uma reflexão sobre a potência do teatro para o letramento histórico, a partir do entendimento do seu conceito, importância, emergência e possibilidades.

2. Metodologia

Visando atingir o objetivo proposto por este artigo, buscamos desenvolver uma reflexão crítica a partir da revisão bibliográfica de autores que abordam a problemática do neoliberalismo e a educação atual mercantilizada, como Pierre Dardot, Christian Laval e Jessé Souza. Fazendo um enlace e dialogando com autores que propõem uma educação libertadora e estética, como Paulo Freire, bell hooks e Márcia Tiburi, traçando assim, caminhos possíveis para avançar em uma contra-educação.

Tiburi (2013, p. 39) conclamava uma reação diante da educação “humilhada pelo seu rebaixamento à informação, à aprendizagem de tecnologias que servem, pôr fim, à ideologia do capital”, portanto, uma contra-educação, seria o contrário da educação humilhada pela dominação que a usa enquanto à destrói. O ‘contra’ nesse sentido se refere a sua forma positiva, de contrariar a educação majoritária que serve aos interesses do mercado, da qual podemos fazer uma analogia com o movimento de contracultura (auge na década de 1960), que se opunha aos valores tradicionais conservadores e a cultura dominante do consumismo.

Nesse sentido, o teatro como linguagem para o letramento histórico, estaria alinhado com essa proposta, visto sua potência criativa e pedagógica, capaz de contribuir com o resgate do pensamento crítico, da argumentação, do diálogo e da construção de uma sociedade mais justa, humanizada e altruísta. Afinal, em tempos obscurantistas, onde o fascismo se alinha ao neoliberalismo, uma possível possibilidade “implica uma revolução democrática, sem violência e de resistência física, moral e ética, estética e política, poética e existencial que passa pela criatividade dos sujeitos” (Tiburi, 2020, p. 182), substituindo discursos de ódio pelo diálogo, criando espaços de abertura, pois as “democracias, tendem a produzir mais democracia” (Tiburi, 2020, p. 180).

Sendo assim, buscamos através de aporte teórico (Pereira *et al.*, 2018), sobre o contexto atual, letramento histórico e teatro, sustentação para pensarmos em possibilidades que contribuam para o enfrentamento da ignorância através da educação, afinal como bem pontuou Lucia Gomes Serpa *et al* (2021, p. 2) “Não podemos aguardar que as soluções cheguem pelos setores dominantes, é urgente que os educadores se organizem para denunciar esse processo de desumanização institucionalizado, anunciando assim um outro paradigma possível”.

3. A Racionalidade Neoliberal, Ignorância e Plataformização

A crítica da educação é importante para que ela não seja meramente “um instrumento nas mãos dos poderes estabelecidos, um instrumento que é, ele mesmo, meio de manipulação cujo objetivo é apenas sua própria autoconservação” (Tiburi, 2013, p. 48). Para compreendermos melhor porque a educação é alvo de tantas disputas e porque é usada para fins de conservação de estruturas de desigualdades e de posições conservadoras, faz-se importante compreender o projeto de sociedade que tem se mostrado hegemônico, isto é, compreender melhor a racionalidade neoliberal e sua conexão com o conservadorismo crescente de nossos tempos.

No sistema capitalista tudo é mercadoria, portanto a Sociedade da Ignorância e propagação de violências e desinformação que tem afetado a educação, não são frutos do acaso, mas resultado de um projeto, isto é, da racionalidade neoliberal. Edison Teles, no prefácio da edição brasileira do livro *A escolha da Guerra Civil*, (Dardot *et al.*, 2021, p. 10) afirma que “desde o período entreguerras até o final da Guerra Fria, a Europa testemunhou a emergência de teoria do pensamento visando evitar a ingovernabilidade de uma democracia de massas”, encontrando como solução o fortalecimento do Estado, aliado do mercado e de autoritarismos. Estando a violência no cerne do Estado, este jamais deveria deixar de existir, mas utilizar da violência para impedir que seus inimigos, “tudo que se assemelhe, de perto ou de longe, a dirigismo e coletivismo” (Dardot *et al.* 2021, p. 135), ofereçam algum risco aos direitos privados e à ordem do mercado. Essa violência não está inscrita nas leis do Estado de direito, mas é promovida pelo próprio Estado, que tenta impedir o sucesso de qualquer organização social a fim de democratização.

O neoliberalismo, pode ser entendido como um projeto de Estado, um conjunto de estratégias e valores que visam proteger seus ideais de liberdade (intelectual e propriedade privada), mercado concorrencial e primazia do direito, um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot & Laval, 2016, p. 7). Portanto, não é apenas um projeto de cunho econômico e político, mas um conjunto de estratégias que visam interferir e formatar a subjetividade humana, pois “a novidade da racionalidade neoliberal é

criar o indivíduo que produz, controla e vigia, endivida e violenta a si mesmo” (Dardot *et al.*, 2021, p. 12), um indivíduo egoísta, solitário, que compete e vê os demais como concorrentes.

Para o projeto neoliberal não importa muito se há uma ditadura ou democracia, desde que ambas sirvam aos interesses econômicos do mercado. Dessa maneira, há uma plasticidade no projeto, de acordo com a ocasião histórica, isto é, pode ser uma democracia liberal que esteja atendendo a seus interesses, porém, se o mercado for de alguma forma ameaçado, não há qualquer intimidação para que se apoie governos ditatoriais. A atual desvirtualização da democracia é usada para legitimar a superioridade do princípio de mercado, transformando ela própria em mercado corrompido (Casara, 2018), podemos dizer que essa desvirtualização acontece quando,

o poder estatal abandona a defesa dos interesses da maioria da população para se colocar a serviço do mercado, das corporações ou de grupos de interesses econômicos. Isso explica, por exemplo, as políticas governamentais contrárias aos interesses da maioria dos cidadãos, com o objetivo de proporcionar benefícios (e mais poder) a uma parcela específica da população: os super-ricos. (Casara, 2018, p. 11)

O Brasil é um país marcado pelo autoritarismo e pela implementação de uma democracia frágil, liberal e muito recente, mesmo essa frágil democracia constantemente ameaçada pelo autoritarismo, propôs-se a assegurar direitos fundamentais que garantissem a participação popular através do voto e de tomadas de decisões, a “vida digna e de impor limites a todos os poderes, inclusive e principalmente ao poder econômico” (Casara, 2018, p. 13). No entanto, nossa história revela diversos momentos em que as regras democráticas não foram cumpridas e os direitos fundamentais não foram assegurados, Lilia Schuarz (2019, p. 224) relembra alguns períodos de desvirtualização democrática, ou melhor, de sua supressão,

Foi assim na época da República militar de Deodoro da Fonseca (1889-91) e de Floriano Peixoto (1891-94), que governaram parte de seu período presidencial sob estado de sítio. Foi também assim nos anos 1920, quando, sob a presidência de Arthur Bernardes, decretou-se um estado de sítio que perdurou por quase todo seu governo. E ainda, na ditadura do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, com a centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas e a imposição de uma nova Constituição. Não se pode esquecer, por fim, o golpe civil-militar de 1964, o qual destituiu um governo legitimamente eleito e implantou a ditadura (...). E talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu nas urnas no pleito de 2018.

É importante salientar que existe uma articulação direta entre neoliberalismo e conservadorismo, pois faz parte da arquitetura original neoliberalista, a respeito da qual seus pensadores argumentavam que a moralidade tradicional devia ser a base das legislações, pautadas nos valores da família, propriedade privada, autoridade e patriarcado (Brown, 2019). Dentre os pensadores do neoliberalismo e defensores do conservadorismo, podemos destacar Friederich Hayek e Wilhelm Röpke, que defendiam que o que torna os homens bons é a tradição, segundo Dardot *et al* (2021, p. 173) “por tradição é preciso entender o conjunto de regras de conduta partilhadas por um grupo permitindo-lhe reprimir os instintos primitivos ligados a nossa natureza biológica e garantir sua sobrevivência e sua superioridade sobre outros grupos”, portanto, a pluralidade de valores e as ditas minorias desviantes precisariam ser excluídas. Vale lembrar que Freire (2014/2021) alertava que o rótulo “minorias” foi criado pelos opressores (donos do capital e meios de produção - atualmente capital financeiro) para falsificar e ocultar a realidade, visto que, a minoria na verdade constitui a maioria, que é oprimida pela ideologia dominante da real minoria (os opressores).

Para Wendy Brown (2019), o conservadorismo foi assumindo uma abordagem agressiva e demagógica, que está no cerne da formação neofascista. Sempre houve a preocupação e a dificuldade em articular a ideia de modernidade e mercado à tradição, entretanto, uma união foi necessária para garantir a obediência às hierarquias e a normalização de autoridades ou autoritarismos. Nos anos 1960 e 1970, houve uma grande efervescência de grupos sociais na luta por direitos e liberdades, o

que abalou os valores patriarcais e familiares, além dos costumes de vários países ocidentais. O movimento que emergiu nos anos 1960 foi uma resposta aos valores capitalistas, segundo Patrícia Marcondes de Barros (2017, p. 99),

seu caráter político ganhou visibilidade nos Estados Unidos através da luta integrada pelos direitos civis dos negros, homossexuais e mulheres, da inserção do jovem enquanto importante ator social, do pacifismo, do pensamento ecológico, entre outras novas proposições que não eram contempladas na chamada política tradicional.

Esse movimento conhecido como contracultura pode ser considerado uma revolução cultural, pois abalou os valores familiares e patriarcais em vários países ocidentais (Dardot *et al.*, 2021), confrontando o conservadorismo e a cultura consumista, reverberando inclusive no Brasil, mesmo que tardiamente, no final da década de 1960, se estendendo à década de 1970, como uma forma de reação ao cerceamento de liberdades impostos pela ditadura militar. Apesar das propostas contraculturais emergirem “mais como um anseio romântico do que como efetiva transformação social” (Barros, 2017, p. 102), através da estética, música, livros e manifestações culturais, foi uma reação ao conservadorismo que fortaleceu as manifestações e organizações coletivas de movimentos ou partidos de esquerda, alcançando a atualidade, pois contribuiu com lutas sociais pelos direitos civis e liberdade de corpos e existências.

Como resposta a este movimento de contracultura, a direita e a extrema direita investiram numa *contrarrevolução* cultural em escala mundial, retomando a importância dos seus valores conservadores, formando assim uma aliança neoliberal ou novo conservadorismo através de uma coalizão “com figuras centrais do novo conservadorismo estadunidense (especialmente Irving Kristol e Daniel Bell)” (Dardot *et al.*, 2021, p. 208). Margaret Thatcher destacou-se como representante dessa aliança, uma influenciadora mundial, que defendia o tripé do neoliberalismo em sua forma mais conservadora “fê-família-liberdade”, ressaltando em sua política, discursos e ideologia, o apelo a ordem, a obediência às autoridades, tradição, família patriarcal, hierarquias domésticas, livre mercado e valores cristãos. Diretrizes que influenciaram as direitas por todo mundo (Dardot *et al.*, 2021, p. 208), através de uma engenharia social, que colocava no Estado o papel de despolitizar a sociedade para que o empreendedorismo e a livre-iniciativa pudessem ascender, combatendo outros conceitos de liberdade que estivessem na contramão dos interesses econômicos capitalistas (Safatle, 2020).

A direita reacionária, que seguiu a linha de Hayek e Röpke, levou a *contrarrevolução* - nacionalista, fanática, tradicionalista, racista - aos Estados Unidos e à Europa, e através de sua influência, a outras regiões do mundo, como os países latino americanos, sendo o Chile considerado um laboratório neoliberal durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973- 1990) (Safatle, 2020). Esta *contrarrevolução* cultural distorceu discursos contra as discriminações, denunciando “opressões” que a maioria e as identidades tradicionais sofriam pelas minorias “invasoras”, como muçulmanos, negros, feministas, comunidade LGBTQIA+, refugiados, enfim, “tudo o que não presta”, frase dá título ao capítulo 8 do livro Como conversar com um fascista, de Tiburi (2018), referência ao discurso de Luis Carlos Heinze (na época, deputado federal do RS) no qual “em sua fala, que se tornou famosa, “quilombolas, índios, gays, lésbicas” representavam “Tudo o que não presta”” (Tiburi, 2018, p. 42). “Tudo” representa aqueles e aquelas que não são considerados úteis ao sistema de produção e consumo, “tudo sobre o fundo de uma narrativa apocalíptica em que a civilização branca é ameaçada de desaparecimento pela ideologia da igualdade” (Dardot *et al.*, 2021, p. 208).

Zeynep Gambetti (2019, p. 46) diz que “o racismo e o capitalismo imperialista são os motivos que permitiram as atrocidades do totalitarismo” e que “[...] os seres humanos começaram a se tornar consumíveis, permutáveis e descartáveis” (Gambetti, 2019, p. 45), assim como qualquer outra mercadoria. O capitalismo, em sua versão neoliberal, produz guerras, conflitos e crises, como estratégia de controle das democracias. Essas guerras têm um caráter de guerra cultural ou, como Dardot *et al.* (2021) prefere dizer: guerra de valores, pois segundo o autor, a historiografia estadunidense usa o termo “guerra cultural”, no entanto, ele prefere o termo valores, pois a palavra cultura tem uma multiplicidade de sentidos. No Brasil, é mais

comum encontrarmos o termo guerra cultural na produção acadêmica, guerra que,

desempenha a função de substituto do enfrentamento social assim como de escape para a fúria das vítimas do sistema neoliberal. Ao conseguir mobilizar parte da população e levá-la a apoiar políticas, em especial fiscais, extremamente favoráveis às classes mais ricas, essa guerra de valores também teve e continua tendo papel crucial na perpetuação do neoliberalismo. (Dardot *et al.*, 2021, p. 207)

O neoliberalismo, em sua versão mais autoritária, tende a investir na propaganda de que os Estados têm o compromisso de eliminar seus inimigos. Segundo Tiburi, (2020, p. 19) a extrema direita é acionada nos momentos em que a elite econômica se sente ameaçada, ascendendo a extrema direita como um exército, assim “o fascismo é o código que visa promover violência ao desencadear ações linguísticas e práticas em si mesmas violentas”. Para fins de poder, o fascismo é usado para evitar as transformações sociais e uma possível democratização real, assim, a irracionalidade e a violência são convocadas. Para atingir seus objetivos autoritários de desmantelamento da democracia, segundo Tiburi (2020, p. 19),

os donos do poder econômico investem em empresas de comunicação especializadas em publicidade com o padrão ódio (...) é preciso produzir ódio, o combustível do fascismo que deve ser usado contra os insurgentes democráticos, contra os que ousam desejar outro mundo possível, contra os pobres, pretos, mulheres e indesejáveis de um modo geral. O fascismo é o lado terrorista do capitalismo, ele incita o ódio para exorcizar o medo. (...) é preciso transformar o medo em ódio e o ódio em força de ataque contra inimigos.

O Estado que surge de um apelo à segurança instiga o medo, produzindo criminosos, desaparecendo a diferença entre pobres e criminosos, pois ambos são colocados à margem da sociedade. Segundo Gambetti (2019), sob o disfarce de progresso, o Estado aliou o poder político às leis de economia, seguindo o movimento burguês de acumulação, buscando poder ilimitado para manter seu status quo. Através de conceitos de Michel Foucault *et al.*, (2019) buscou compreender o vínculo entre totalitarismo e biopoder, em que o poder de “fazer viver” depende do terrível poder de “deixar morrer”. Compreendendo que os critérios sobre vida e morte estão conectados à transformação dos sujeitos portadores de direitos em população e em espécie, pois o biopoder opera sobre a população, alterando as modalidades de subjetivação. Sua justificativa para excluir segmentos da vida biológica está fundamentada na própria espécie, através de classificações, medições, além da detecção de anomalias e defeitos que criam critérios para decidir quem merece ou não viver.

Nesse sentido, Achille Mbembe (2020), chama as formas contemporâneas de cálculo sobre a vida e a morte de “necropolítica”, que engloba práticas políticas atuais que objetivam provocar a destruição máxima de pessoas, criando mundos de morte, nos quais populações inteiras são submetidas a condições de vida de “mortos-vivos”. Para Mbembe, o monopólio exclusivo dos Estados de matar através de operações militares e de um exército formal já não é a única forma de decidir sobre a vida e a morte. Segundo o autor, “a própria coerção tornou-se produto do mercado. (...) Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam todos, o direito de exercer violência ou matar” (Mbembe, 2020, p. 53). Assim, a necropolítica também se aplica pela destruição dos corpos renegados, através da desigualdade e de muitas formas de exclusão e de violência. Não só deixa-se morrer, como faz-se morrer.

Nesse contexto de crescimento fascista, verdades são alteradas por meio da desinformação, que produz espaços de ódio e de alienação, atualmente fomentados pelas mídias virtuais, uma ferramenta eficaz para que a ideologia do ódio e de produção massiva de ignorância alcance seus objetivos (Tiburi, 2020). A cada dia, milhões de pessoas interagem nas mídias sociais, um “conjunto de plataformas influencia a interação humana nos níveis individual e comunitário” (van Dijck, 2016, p. 11).

Se nos primeiros anos do milênio os avanços da face multimídia da internet, a Web, prometiam promover uma democracia comunitária, com o rápido crescimento das plataformas de mídia social, empresas de comunicação perceberam seu

potencial de mercadoria incrivelmente lucrativa e, menos interessados em formar comunidades, investiram na engenharia de codificar informações em algoritmos e coletar dados pessoais (van Dijck, 2016, p. 12). As plataformas lucram através da melhor aparelhagem de espionagem já criada, coletando dados pessoais, endereços, localizações, monitorando relações e interesses.

Segundo Andrew Keen (2012) a grande mudança foi transformar o usuário em produto, mesmo porque, nada é de graça na internet. As empresas do Vale do Silício apostaram no social, uma forma lucrativa que prometia acabar com a solidão através do incentivo à superexposição e à superconexão, enquanto tudo isso é rastreado para ser transformado em oferta de produtos, venda de dados e também para fins políticos.

A rapidez e o excesso de informações, conforme aponta Nicholas Carr (2011), contribui para a desconcentração, prejudicando a leitura profunda e a capacidade de fazer conexões mentais complexas e ricas. O fluxo constante de estímulos ao navegar na internet, também aumenta a probabilidade de não prestar atenção no que se está vendo, lendo ou a má interpretação de informações importantes. Uma distração que não é natural, pois há nela interesses econômicos, já que empresas lucram com a distração, pois “quanto mais rapidamente surfamos na superfície da web - quantos mais links clicamos nas páginas que vemos - mais oportunidades a Google tem de coletar informações sobre nós e de nos suprir com anúncios” (Carr, 2011, p. 168-169).

A vida virtual também transformou conceitos como amizade, hoje ela já é entendida como uma mercadoria em certos contextos, pois quanto mais “amigos” se tem numa rede social, mais influente se é considerado e, por conseguinte, mais valor se tem para o sistema (Keen, 2012), inclusive o termo “amigos”, foi substituído por “seguidores”. Van Dijck (2016, p. 19) esclarece que esse o termo “seguidores” possui vários significados “que vão desde a neutralidade do ‘grupo’ ao fervor de ‘devotos’ e de ‘crentes’, mas no contexto dos meios sociais passou a significar o número absoluto de pessoas seguindo um fluxo de tweets”. Da mesma forma, quanto mais uma postagem é “curtida”, mais ela é divulgada, não importa seu caráter qualitativo, mas o quantitativo, o que favorece avaliações instantâneas e comportamentos de massa baseados na popularidade de uma pessoa ou de uma ideia amplamente divulgada.

Esse conjunto de características e efeitos do mundo cibernético, favorece as câmaras de eco e as bolhas filtradas, personalização promovida pelos algoritmos que, além de filtrar o que recebemos, observa e registra tudo aquilo em que clicamos (Santaella, 2019), promovendo prejuízos a nível individual e coletivo. Individual porque desenvolve bolhas de relacionamentos e ideias, limitando possibilidades de trocas, argumentação e possibilidade de novos conhecimentos, e coletivo, pois “os filtros são formas de manipulação que colocam o usuário mal informado sobretudo a serviço de interesses políticos escusos” (Santaella, 2019, p. 15). Obviamente que não apenas o sistema de algoritmo interfere na filtragem das notícias, respostas ou posts recebidos pelos usuários, mas também suas preferências e práticas. Todavia, o que convém destacar é que esse sistema tem colaborado para a propagação de notícias falsas, ideologias fascistas e manipulação política.

Finalizando essa digressão, Tiburi (2019) faz uma comparação entre a Idade Média e os dias atuais: se no passado “Deus” não podia ser questionado, hoje é o “Capital” que não pode e ele apresenta-se de várias formas, sendo uma delas o digital. A autora afirma que “o que as elites econômicas fazem é criar teorias contra as reflexões, para que as populações não tenham acesso ao pensamento crítico” (Tiburi, 2019, p. 56) e conseguem manipular porque detêm poder midiático e religioso. Isso se daria a partir da manipulação de pensamentos, posições e, inclusive, eleições, pois se sabe que nos últimos anos as plataformas digitais funcionaram como uma espécie de segunda campanha eleitoral, explorando fake news, desinformação e teorias da conspiração (Cesarino, 2020).

4. Contra-Educação e Letramento Histórico

A contra-educação, assim, visa a compreender as estruturas, a desigualdade, suas origens, seus mecanismos; propondo

uma “educação pensante”, que valorize as leituras de mundo dos estudantes, mas que também, crie espaços seguros de trocas para que novas leituras e compreensões do mundo emergjam (Freire, 2014/2021; hooks, 2017). Nesse sentido, destacamos a importância do letramento histórico, ainda que, por certo, o ensino de história também se encontra em crise. Como todas as áreas, o ensino de história precisa constantemente ser objeto de reflexão, afinal, como bem ensinou Paulo Freire “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, [...] tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (1996/2013, p. 40).

Sabemos que na formação dos professores, o espaço para reflexões acerca de questões metodológicas/práticas, mesmo que tenha avançado, após a reestruturação curricular das universidades a partir da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), ainda está longe de ser suficiente. Lucas Victor Silva *et al* (2020, p. 375) destaca alguns avanços importantes como,

a melhoria das coleções Selecionados e distribuídos para as escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro Didático, o aumento da carga horária de estágio nos cursos de formação de professores e criação de novas políticas públicas de formação inicial e continuada que aproximaram a universidade das escolas com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), O Programa Residência Pedagógica, a Rede Nacional Faz Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais Faz. Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM).

Porém, mesmo com os avanços, vivemos um contexto de crise do ensino de história escolar (Silva *et al*, 2020), estando diante dos diversos desafios que o contexto atual impõe, como destacado por Silva *et al*. (2020, p. 376),

[...] a luta para começar mudar a tibieza dos historiadores oficiais (representados na ANPUH-Brasil) em agir em defesa da educação básica e dos professores de história. (...) os desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da necessidade de reconstrução do lugar da história escolar no "Novo Ensino Médio". E o que dizer das ameaças do movimento Escola Sem Partido e do atual contexto político à liberdade de cátedra e a diversidade ideológica?

A disseminação em larga escala de desinformação, o monitoramento constante e as ameaças do movimento Escola Sem Partido, que mesmo não entrando em vigor pela letra da lei, conseguiu revogar direitos e vilanizar adversários políticos e pautas sociais importantes, gerando uma “militância mobilizada e agressiva, cujo objetivo é fazer com que esses direitos, ainda que vigentes na letra da lei, não tenham mais condições sociais de serem exercidos” (Miguel & Oliveria, 2020, p. 261). São alguns dos inúmeros desafios enfrentados para que se coloque em prática uma educação para o pensar e não a reprodução do pensamento pronto.

Uma contra-educação seria justamente o contrário do que tentam impor à educação em tempos de crescente fascismo. Miguel e Oliveira (2020), através de pesquisa sobre os projetos do Escola Sem Partido, analisaram conteúdos e discursos de parlamentares nas audiências públicas realizadas pela Comissão Especial, destacamos alguns pontos que compreendemos exemplificar os desafios para o letramento histórico,

[...] proibição da “doutrinação política e ideológica” e da transmissão de conteúdos que entrem em conflito com as convicções religiosas do estudante, o projeto prevê a fixação de cartazes nas salas em todas as escolas do Brasil com os “deveres do professor, (...) combater a “ideologia de gênero” e a “doutrinação ideológica, (...) a família tem prevalência sobre a escola, (...) o educador não possui o arbítrio para abordar certos temas para a classe; o governo brasileiro tenciona instituir no sistema de ensino a “ideologia de gênero”, uma doutrina “questionável”, “controversa”, que “não é ponto pacífico” (...) a família conserva o direito de que seus filhos recebam a educação moral e religiosa que ela determinar [...]. (2020, p. 263)

Os autores ainda destacam que,

O que está no centro deste conjunto de discursos é uma operação de naturalização – o dispositivo básico do discurso ideológico (Eagleton, 1997), que impede a inquirição da origem histórica das práticas humanas e dos valores sociais – e de desqualificação da posição adversária. Naturalização: a verdade é a ausência de conflito. Português e matemática são as disciplinas escolares fundamentais. O mau desempenho dos alunos se deve à concorrência de outras matérias na grade escolar. Desqualificação: conteúdos críticos “idiotizam”. Educação sexual é sexualizar precocemente as crianças. Professores são doutrinadores. (Miguel & Oliveira, 2020, p. 265)

Fazer uma contra-educação é fazer uma crítica a essa educação falsamente neutra e cinicamente fascista, buscando caminhos contrários fundamentados na ética. O Escola Sem Partido culpabiliza Paulo Freire pelo fracasso escolar, estigmatizando sua pedagogia libertadora como “doutrinadora”, causadora de conflitos, por abordar temas que não são consensos, não respeitando o que seus defensores do movimento veem como conhecimento absoluto (Miguel & Oliveira, 2020, p. 264), seus posicionamentos defendem “uma epistemologia primária, que vê verdades absolutas e fixas – e que, ao impossibilitar qualquer abordagem crítica do mundo, contribui objetivamente para a naturalização e a reprodução das dominações sociais” (Miguel & Oliveira, 2020, p. 264). Já a contra-educação defende justamente o inverso, precisamos retomar Freire e sua educação problematizadora, curiosa e dialógica, isto é, uma educação como prática da liberdade. Assusta o que estão fazendo com a educação, mas ela é potência e pode “ser um contrapoder a tudo o que deseja destruí-la” (Tiburi, 2013, p. 42).

Tiburi (2013) insiste que para fazer uma crítica consistente à educação, que possibilite avançar por outras vias, é preciso compreender que a educação também pode ser reprodutora da racionalidade neoliberal, pois é parte da indústria cultural, quando substitui o pensamento crítico pelo pensamento pronto. Retomando o conceito de indústria cultural (1985), a partir de Theodor Adorno et al., (2013, p.42), esclarece que,

Quando digo Indústria Cultural não me refiro às pseudo-obras de arte que atingem a percepção das massas, excitando-as e comprometendo-as esteticamente, mas ao poder de destruição do pensamento crítico pela oferta do pensamento pronto que constitui nossa experiência cotidiana submetida aos meios de comunicação, à publicidade, à televisão. Refiro-me a eles, mas à qualquer sorte de mistificação, da publicidade à propaganda, da religião ao mercado.

O grande compromisso e desafio é romper com o ensino que coloca o pensamento como mercadoria, fruto da indústria cultural. Apesar dos infindáveis desafios a enfrentar, precisamos buscar em educadores como Paulo Freire e bell hooks amparo teórico para não vermos essa realidade como inexorável, caindo em fatalismos, mas resgatar a importância da esperança e do sonho. Freire (2014/2021, p. 78) pontuava que “o meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora” atentando que a história não termina em nós, ela segue adiante. Afinal, por mais problemática que seja a realidade, ela não é dada, não é determinista. Seguir, resistir, lutar, sonhar mesmo em tempos obscuros, é necessário, pois humanos que somos, precisamos dos sonhos para sermos existência, não só sobrevivência e resignação.

Para não cair nos fatalismos, é preciso acreditar na potência da educação, pois ela sendo tão atacada e controlada, é porque “consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”, e essa clareza que lançará um desafio ao fatalismo neoliberal” (Freire, 1967/2020, p. 50). Para tanto, é preciso assumir compromissos, compreender que não há neutralidade no ensino, e a contra-educação é uma posição pela formação do espírito crítico, em contraposição ao pensamento pronto, condizente com o mundo digital acelerado que apresenta sempre o mais fácil.

Segundo Andréa Padilha da Silva e Conceição Paludo (2020, p. 04) o mundo altamente competitivo, impõe sujeitos polivalentes, que dêem conta das exigências que o avanço digital exige, isto é, “mais conectados e imbricados nas formas de exploração, apropriação, objetivação e subjetivação da atualidade do mundo do trabalho”. Por certo, não há como impedir o avanço digital, eis que é uma realidade, e portanto, o letramento digital se faz necessário, mas não apenas para a habilidade de

usar as ferramentas, mas para reconhecer *fake news* e incentivos ao ódio, seus mecanismos de cooptação e manipulação. Assim, o letramento digital deve caminhar junto a outros letramentos, que possibilite compreender as estruturas e os interesses econômicos e políticos ocultos. Portanto, entendemos que o letramento histórico se torna essencial, visto que, contribui para desvendar o racismo, as múltiplas desigualdades e estruturas de dominação.

Há muitos entendimentos sobre o significado de letramento, pois se trata de “um termo em disputa”, entretanto, é seu sentido mais “forte e radical”, conforme defende Padilha da Silva e Paludo (2020), que compreendemos como a práxis de uma contra-educação. Isto é, aderimos ao entendimento de letramento como leitura de mundo e da palavra, segundo o pensamento freiriano, que compreende a “aquisição da leitura e da escrita, (...) o qual adentra, mais profundamente, na relação dos sujeitos com o conhecimento e com o processo de transformação social” (Padilha da Silva & Paludo, 2020, p. 05).

Ler o mundo que vivemos, desnudar o que está oculto é fundamental, segundo Souza (2018, p. 56) “só a percepção adequada da dimensão cultural e simbólica da vida social nos permite uma compreensão mais profunda e verdadeira da vida que levamos como indivíduos”. Essa compreensão é fundamental para “desmascarar e denunciar os usos perversos do desconhecimento (...), usos que promovem interpretações cuja única razão de ser é a legitimação de privilégios.” (Souza, 2018, p. 56), assim como promover outras interpretações, mais justas e verdadeiras sobre nossa realidade.

O letramento histórico, segundo Bárbara Zacher Vitória (2021) não se relaciona com acumulação de informações sobre o passado, não tem função produtiva ou utilitária, mas visa à compreensão do fazer histórico, desconstruindo visões que compreendem a história como algo rígido e inexorável, dissociando opinião de conhecimento do passado. Uma perspectiva de letramento histórico conforme apresenta Alexander Vianna e Maurício Ferreira (2017, p. 132),

configuração de operações culturais de sentido para a vida que se materializam em formas expressivas-comunicativas com as quais as pessoas estabelecem entendimentos sobre vínculos implicativos entre passado, presente e futuro. Letramento histórico é, portanto, o coeficiente sociocultural em cada ator social que tenha capacidade ou habilidade de criar ou compreender tropos ou efeitos de linguagem (escritas, orais, gestuais, visuais e/ou audiovisuais) que operam escalas figurativas vinculantes de relação de sentido entre passado, presente e futuro quando se constroem entendimentos a respeito de pessoas, eventos e instituições, reais ou imaginárias.

O letramento histórico pode ser visto por uma perspectiva crítico-genético, conforme argumenta Vianna e Ferreira (2017, p. 128), isto é, “entendido como a formação social de habilidades cognitivo-afetivas que criam, sugerem ou constituem sentidos para a vida por meio de concepções de vínculos implicativos entre passado e presente/futuro”. Visto que o letramento histórico crítico-genético está fundamentado em diversos princípios, destacamos a relevância das artes como potência facilitadora do letramento histórico. As linguagens das artes são um dos modos de propiciar “ações expressivas e cognitivo-afetivas de consciência histórica que possibilitem o combate cultural contra valores e formas de opressão cotidianas e institucionalizadas, tanto mais relevantes num contexto nacional de viradas conservadoras e fundamentalistas” (Vianna & Ferreira, 2017, p. 132). Práticas artísticas como a performance teatral, por exemplo, são métodos “expressivo-comunicativos” que confrontam e tornam estranho aquilo que até então parecia natural e posto, provocando novos olhares e transformações que rompem com o pensamento de continuidade (Vianna & Ferreira, 2017).

Segundo Silva *et al* (2020, p. 376) “dada a importância política do ensino de história” temos como desafio nessa área, construir práticas educativas “que promovam além do pensamento crítico, a criatividade, a ludicidade, a sensibilidade, a crítica, a inovação e a produção de novas subjetividades”, para tanto precisamos buscar “uma aprendizagem da experiência e uma aprendizagem com valor estético” (Silva; et al., 2020) que rompa com os processos educativos rotineiros, fragmentados, repetitivos, monótonos e de massificação (Silva et al, 2020). Gabriel Pinto e Leonardo Moreira (2019, p. 136) a partir dos seus estudos sobre teatro científico aponta que “o processo artístico de construção de uma peça de teatro, de um personagem, é extremamente rico e diverso, provocando uma imersão dos envolvidos em sensações, emoções, pensamentos, que

necessariamente são traduzidos e objetificados em ação, gesto, olhar, texto, fala, sons, cenário etc.”, tornando a ligação entre arte e ciência, uma potência possível.

Enfim, visando a romper com o utilitarismo de uma educação para o capital, acreditamos ser possível fazer uma educação contrária, uma educação antiracista, antifascista, crítica, libertadora, pautada na experiência, no diálogo, no estranhamento para com o que parecia naturalizado, portanto, uma educação transformadora. Por tudo isso, acreditamos na potência do teatro como linguagem para o letramento histórico.

5. Teatro como Linguagem para o Letramento Histórico

O uso do teatro como recurso ou ferramenta no ensino de história, tem sido discutido em produções acadêmicas e no âmbito da escola, reconhecendo seus benefícios e possibilidades. Almeida (2016a, p. 87) destaca que,

Há algum tempo, novas correntes historiográficas, especialmente no campo da Nova História Cultural, contribuem para que os professores pensem conceitualmente a sua prática pedagógica, compreendendo a dinâmica social composta pelas questões políticas, econômicas e, principalmente, culturais.

O que propomos é uma reflexão do teatro como linguagem que promova o letramento histórico, como resgate do pensamento crítico, contrapondo a educação hegemônica tecnicista e utilitária, subserviente ao capital. Nosso contexto requer reflexões e ações coerentemente éticas, como forma de reação, resistência e alternativa a este projeto neoliberal de sociedade. Nesse sentido, o teatro é uma alternativa que vem corroborar o letramento, visto que,

O teatro, como recurso metodológico, ensina os alunos a viver e a ampliar seus horizontes culturais, bem como perder a timidez e se colocar no lugar do outro, tornando-se, com isso, um artefato eficaz para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, uma vez que, desperta nos alunos o interesse por temas, textos e autores variados (Almeida, 2016b, p. 60).

Enfrentar uma pedagogia castradora, pressupõe valorizar a livre expressão dos estudantes, proporcionar espaços de diálogo e livre criação, bell hooks (2017) defende que é possível ensinar de forma que transforme consciências, através de uma educação verdadeiramente libertadora que é a essência de uma educação em artes, que não tem medo da livre expressão e de conflitos, pois estes contribuem na construção de novas maneiras de pensar, valorizando a experiência, o diálogo e o estético. A potência da criação humana, estimula atitudes, provoca reflexões que contrariam as visões fatalistas.

Bertold Brecht (1898-1956) é referência nesse sentido, pois não se rendia a visões de realidade inexoráveis, já que acreditava que o momento histórico não é determinista e que as mudanças são possíveis. Segundo Brecht (1978, p. 113),

necessitamos de um teatro que não nos proporcione somente as sensações, as idéias e os impulsos que são permitidos pelo respectivo contexto histórico das relações humanas (o contexto em que as ações se realizam), mas, sim, que empregue e suscite pensamentos e sentimentos que desempenhem um papel na modificação deste contexto.

O teatro desenvolve a performance pessoal, interpessoal, assim como habilidades de comunicação e de expressão, resgatando a espontaneidade, a criatividade, a liberdade do corpo e do pensamento. A prática teatral proporciona uma gama de possibilidades de aprendizagem, seja através do lúdico, da performance, do improviso, do conhecimento de si, do corpo, do contato com outro, constituindo um mosaico de elementos exequíveis. Dentro do teatro há muitos campos ricos em produção de conhecimento, como o teatro científico ou performático.

Estudos sobre pedagogias da performance, por exemplo, apontam que seu uso pedagógico vai muito além situações artísticas, conforme afirma Gilberto Icle e Mônica Torres Bonatto (2017), pois possibilita problematizar a realidade, relações

sociais, identidades, desigualdades, cotidiano, políticas governamentais, fases da vida, enfim, a expressão artística preza pela liberdade através da prática da liberdade. A performance é um exemplo de possibilidade para o letramento histórico, visto que, “na performance fazemos alguma coisa que nos permite refazer-nos a nós mesmos” (Icle & Bonatto, 2017, p. 9). Ela parte do real, de como cada estudante lê o mundo, mas não fica nisso, possibilita, através da criação, novas visões, novos jeitos de olhar e compreender o mundo, e para tanto o conhecimento histórico contribui, estando aliado às artes. Icicle e Bonatto (2017), destacam que os estudos em performance, oriundo dos anos 1970, já abordavam seu caráter interdisciplinar, pois não se restringe ao formal e ao ensino de artes, mas também as “performances da vida cotidiana, não apenas reposicionando as fronteiras entre as diferentes linguagens artísticas, mas entre a arte e a vida” (2017, p. 9), rompendo com paradigmas de uma escola que aprisiona corpos e mentes.

De acordo com Icicle e Bonatto (2017, p.10),

As situações de ensino-aprendizagem podem assumir características observadas em proposições da Arte da Performance e, também, em alguns rituais, jogando com as subjetividades dos participantes e com a efemeridade dos processos, convertendo a sala de aula em um espaço de invenção e de criação; em um espaço liminal.

A performance rompe com o paradigma de educação tecnicista, pois coloca o corpo no centro dos processos de aprendizagem e de ensino, colocando os estudantes em ação, criação e ação. Através do que Icicle e Bonatto (2017, p. 14) chamam de “atitude performativa”, estudantes intervêm no cotidiano através de suas ações, buscando a transformação da realidade a partir do pensamento crítico.

Dessa forma, quando descrevem o trabalho pedagógico com performance, Icicle e Bonatto (2017) destacam a importância do debate no processo. Sugerimos que essa constatação sobre a centralidade do debate como um relato importante para fazermos uma conexão sobre como a performance pode contribuir com o letramento histórico, pois ao abordar temas relevantes, como negritude, que “Não apenas a história que está nos livros didáticos nos auxiliou a aprofundar o debate sobre o tema da negritude, mas também nossa própria história, agora compartilhada com o grupo” (2017, p. 16), isto é, o letramento histórico acontece de forma natural, a partir da necessidade, unindo leituras formais com conhecimento da experiência dos envolvidos. Um processo que corrobora com a defesa e a importância de proporcionarmos “uma aprendizagem da experiência e uma aprendizagem com valor estético” (Silva; et al., 2020, p. 259).

Unido ao letramento histórico, o teatro permite a aprendizagem com valor estético, vivo e experiencial. Lembremos que Brecht (1978) ao explicar a importância de os atores representarem acontecimentos como se fossem acontecimentos históricos, destaca a importância da dúvida, um contraste a nosso momento de disputas de verdades, de verdades absolutas, muitas vezes proferidas sem qualquer reflexão ou hesitação, que impulsiona o conhecimento. Segundo Brecht (1978, p. 84),

acontecimentos e as pessoas do dia-a-dia, do ambiente imediato, possuem, para nós, um cunho de naturalidade, por nos serem habituais. Distanciá-los é torná-los extraordinários. A técnica da dúvida, dúvida perante os acontecimentos usuais, óbvios, jamais postos em dúvida.

A partir de vivências práticas-performativas é possível discutir formas de trabalhar com estudantes, de desenvolver diálogos com o mundo contemporâneo, com suas demandas e problemáticas, bem como fazer conexões com aquilo que eles vivenciam no seu dia-a-dia. A performance possibilita a ligação com o cotidiano e com práticas transdisciplinares de ensino e de aprendizagem, pois a performance é aberta, orgânica e agrega múltiplos saberes, possibilitando a vivência de práticas teatrais que valorizem o caráter científico, epistemológico, sensibilizador e construtor de conhecimentos. Segundo Féral (2008, p. 209),

[...] uma das principais características desse teatro é que ele coloca em jogo o processo sendo feito, processo esse que tem maior importância do que a produção final. Mesmo que essa seja meticulosamente programada e ritmada, assim como na performance, o desenrolar da ação e a experiência que ela traz por parte do espectador são bem mais importantes do que o resultado final obtido.

A prática teatral instiga a dúvida, o estranhamento, o pensar, a pergunta, a busca, provoca a reflexão, o descobrir, ou como Constantin Stanislavski (2001, p. 330) sugere "a Arte confere beleza e dignidade e tudo que é belo e nobre tem o dom de atrair". Dessa forma, sugerimos que é possível unir conhecimento histórico aos jogos teatrais, ou mesmo a partir da necessidade que esses jogos e improvisos podem fomentar. Os jogos teatrais, segundo Viola Spolin (2008, p. 4), envolvem:

[...] uma forma natural de grupo que propicia o envolvimento e a liberdade pessoal necessários para a experiência. Os jogos desenvolvem as técnicas e habilidades pessoais necessárias para o jogo em si, através do próprio ato de jogar. As habilidades são desenvolvidas no próprio momento em que a pessoa está jogando, divertindo-se ao máximo e recebendo toda a estimulação que o jogo tem para oferecer – é este o exato momento em que ela está verdadeiramente aberta para recebê-las.

O teatro conecta o lúdico, o corpo, a linguagem e o experienciar, promove dúvida, estranhamentos e experiências, o desejo pelo aprender apresenta-se como orgânico, natural, propiciado por suas práticas, conforme o pensamento exposto de Spolin (2008) que percebe a abertura que o jogo teatral possibilita, e essa abertura promove experiências que levam a múltiplos e imprevisíveis aprendizados. Silva, et al., (2020) destacam a beleza da aprendizagem histórica quando relacionadas a experiências significativas “pensar a aprendizagem como experiência implica produzir atividades de ensino que permitam que os aprendizes se deixem afetar pelo acontecimento de cada conhecer e, assim, decidam aprender por aprender” (2020, p. 273), portanto, entendemos que práticas teatrais possibilitam esse desejo por aprender organicamente, e desejo por conhecimento em tempos de desinformação, manipulações e ignorância, é um ato de resistência e contra-educação.

Ao pesquisar os processos de criação teatral coletivo, buscando compreender os modos de aprendizagem do teatro contemporâneo, Flávio Desgranges (2018) fez constatações das quais podemos fazer analogias com a potência do teatro como linguagem para letramento histórico. Segundo Desgranges (2018), a criação teatral envolve pesquisa “ao se colocar em pesquisa, o artista quer sair do seu lugar em uma busca que se faz tão necessária quanto vital em direção ao desconhecido, uma trilha movida pelo desejo de aprendizagem” (2018, p. 25), a necessidade de conhecimento impulsiona a pesquisa histórica, contextualização territorial temporal, conhecimento sobre subjetividades, enfim, um leque de aprendizados, pois fomenta a troca de pontos de vistas.

Desgranges (2018) cita o “estado de improviso”, um procedimento inventivo, no qual cenas ou peças sem roteiro são interpretados a partir da espontaneidade e rápido pensamento, desses momentos surgem tensões, narrativas, leituras de mundo que emergem e podem ser trabalhadas didaticamente. Outro elemento que destacamos, citado pelo mesmo autor é a colaboração, pois o processo criativo pode ser um colaborativo, inclusive sua produção de conhecimentos onde “todos os integrantes do grupo sejam impelidos a se manifestar e a contribuir para o desenrolar do processo” (Desgranges, 2018, p. 33), compreendemos que o fazer coletivo, gera conhecimento coletivo.

As aprendizagens proporcionadas pela prática teatral são incontáveis, mas enfatizamos sua possibilidade de linguagem para o letramento histórico, destacando alguns elementos dos quais percebemos possibilidades de aprendizados condizentes com uma educação libertadora, contra hegemonia da ideologia neoliberal, em consonância com a contra-educação. Por fim, destacamos que essa compreensão se dá, porque reconhecemos na arte a força propulsora capaz de enfrentar o obscurantismo de nossos tempos.

6. Conclusão

O crescimento fascista, o desmantelamento das instituições democráticas, o ódio como mercadoria, a educação humilhada e ameaça, os movimentos conservadores organizados censurando e criminalizando educadores, a vida plataformizada, que contribui com a explosão de ignorância nunca antes imaginada, são alguns dos fenômenos possibilitados e projetados pela razão neoliberal. Freire (2014/2021, p. 101), já alertava que “as ideias neoliberais dirigidas pelo mercado não querem a colocação de questões que possam intrometer-se no caminho de sua acumulação”, por isso tanto esforço político para transformar o professor em um técnico e não em um formador. Porém, também aprendemos com Freire que a história segue adiante, não termina em nós, história é possibilidade, é o que pode vir a ser, e, por isso, retomamos a importância de uma contra-educação.

A contra-educação seria aquela que desafiaria a educação que serve a racionalidade neoliberal, racista, desigual, que se coloca como reprodutora do capital simbólico, penalizando crianças ao fracasso, individualista, competitiva, sem ética e carregada de ódio. A educação para além do capital pressupõe uma relação que vivencie o amor, não de forma romantizada, mas “é preciso institucionalizar o amor na forma de proteção a direitos humanos e de solidariedade ética e política para com os que sofrem” (Tiburi, 2020, p. 45). Práticas de ódio, exclusão e preconceitos “de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 1996/2013, p. 37), portanto a prática do amor, institucional, relacional, interpessoal que inclui, é democrática, instiga a democracia, é uma contra-educação, contrária ao ódio e a redução de tudo a mercadoria.

Por entendermos a contra-educação como uma proposta libertadora, contra a hegemonia de uma educação para o capital, antirracista, e ética, acreditamos que práticas pedagógicas contrárias a autoritarismos, a exclusões, a pressa e a solidão que o digital/virtual exige, são alternativas viáveis e possíveis. O pensamento de mercado, pautado no capitalismo exige rapidez, imediatismo, “sujeitos polivalentes” (Padilha da Silva & Paludo, 2020), então, de forma “contra-majoritária”, precisamos de uma educação que proporcione constituições de comunidades pedagógicas (hooks, 2017), pautadas no diálogo, que reconheça corpos e subjetividades, que rompa com “essa objetificação tão necessária numa cultura de dominação” (hooks, 2017, p. 186).

Recapitulando, como proposta em contra-educação, este artigo apresentou o teatro como linguagem para o letramento histórico. Nesse sentido, apresentamos e concordamos com autores e autoras como Freire, hooks e Tiburi, que defendem que ensinar é um ato ético, político e estético. Compreendemos que ler o mundo, buscar desocultar as desigualdades dissimuladas, compreender os mecanismos atuais de manipulação e controle, estranhar o que é naturalizado, buscar a compreensão histórica e tantas outras práticas que levam ao conhecimento, são substância de uma pedagogia libertadora. Uma pedagogia que contraria a toda “feitura” do neoliberalismo, mostrando toda a “boniteza”, como tão bem diz Freire, que a troca em comunidade pode proporcionar.

Para tanto, apresentamos o teatro como potência em uma contra-educação, por possibilitar através da expressão artística que produz, instiga, promove, experiencia ou provoca, a humanização, o pensamento crítico, o encontro consigo e com o outro, que a educação ameaçada de hoje urge. Não compreendemos o teatro como linguagem para o letramento histórico como uma solução, mas como mais possibilidade, dentre outras possíveis no ensino de história, ou de forma mais ampla, como contra-educação. Entretanto, as reflexões neste artigo instigadas, podem servir como suporte ou inspiração para novos estudos e pesquisas emergentes no campo da educação, contribuindo com o resgate do pensamento crítico e construção de um ensino e aprendizagem ética e estética, inspiradas nas possibilidades que arte e história podem possibilitar.

Referências

- Almeida, M. H. G. (2016a). O teatro como linguagem no ensino de história: Relato de experiência. *Fato & Versões - Revista de História*, 8(16), 84 - 112
- Almeida, M. H. G. (2016b). Ensino de História a partir do Teatro: entre práticas e representações. In: Neves, A. F., De Paula, M. H., Dos Anjos, P. H. R. *Estudos interdisciplinares em humanidades e letras*. São Paulo: Blucher, 59-72
- Barros, P. M. (2017). A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro. *Revista NUPEM*, 9 (18), 98-108
- Brecht, B. (1978). *Estudos sobre teatro*. (Trad.) Brandão. Fiamma Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Brey, A., Innerarity, D., & Mayos, G. (2009). *La Sociedad de la Ignorancia y otros ensayos*. Barcelona: Infomania.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia.
- Canclini, N. G. (2016). *O Mundo inteiro como um lugar estranho*: EDUSP.
- Carr, N. (2011) *A geração superficial: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir.
- Casara, R. R. R. (2018) *Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie*: Civilização brasileira.
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1(1), 91-120
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dardot, P., Laval, C., Guéguen, H., & Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante.
- Desgranges, F. (2018). Processos de criação teatral e processos de aprendizagem: interfaces possíveis. In: Contiero, L., Freitas dos Santos, F., & Fernandes M. V. de S. (Orgs.). *Pedagogia do teatro: prática, teoria e trajetórias de formação docente*. Natal, RN: EDUFRN, 22 -38.
- Dias, T. (2018). Como Facebook, Twitter e Google lucram quando você sente raiva. *The Intercept Brasil*. <https://www.brasil247.com/blog/mercado-do-odio-o-amor-e-um-desafio-politico>.
- Ferál, J. (2008). Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. *Sala Preta*, 8, 197-210. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v8i0p197-210>.
- Ferré-Pavia, C., Monteiro, E., & Sousa, G. M. (2015). Entrevista com Néstor García Canclini. In. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP): Rio de Janeiro, 4 (8), 120-128.
- Freire, P. (1996/2013). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 47. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1967/2020). *Educação como Prática da Liberdade*. (48ª. ed.): Paz e Terra.
- Freire, P. (2014/2021). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. (5ª. ed.): Paz e Terra.
- Gambetti, Z. (2019). *Agir em tempos sombrios*: Criação Humana.
- Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. (2ª. ed.): Martins Fontes.
- Icle, G., & Bonatto, M. T. (2017). Por uma Pedagogia Performativa: A Escola como entrelugar para professores-performers e estudantes-performers. *Cadernos Cedex*, 37, 7-28, <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622017168674>
- Keen, A. (2012). *Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mbembe, A. *Necropolítica*. (8ª. ed.): nº 1 edições, 2020.
- de Mendonça, A. (2020). “Professor doutrinador”, homeschooling e “ideologia de gênero”: a tríade que ameaça a educação brasileira. *Revista Escritas*, 12(2), 33-51. <https://doi.org/10.20873/vol12n2pp33-51>
- Miguel, L. F., & Oliveira, M. (2021). Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. *Revista Sul-Americana De Ciência Política*, 6(2), 261-278
- Natasegara, J., Boris, S., & Pavan, T. (Produtores). Costa, P. (Diretora). (2019). *Democracia em vertigem*. Rio de Janeiro. Netflix. 2019
- Padilha da Silva, A. W., & Paludo, C. (2020). Letramento, um termo em disputa? As contribuições do materialismo histórico-dialético para esse debate. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, 26, 01- 08. <http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v26.e021027>. Versão online em pdf: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/8831/pdf>.
- Pereira A. S., et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. Ed. /UFSM
- Pinto, G. A., & Moreira, L. M. (2019). O teatro na pesquisa em ensino de ciências: diálogos com a pesquisa educacional baseada em artes. *Revista Aretê*, Manaus. 12. 126-14.
- Safatle, V. (2020) A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, V., da Silva Júnior, N., & Dunker, C. (Orgs) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica. 17-46.
- Santaella, L. (2018). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.

- Serpa, L. G., Machado, C. J. dos S., Nascimento, G. A., & Almeida, A. R. de. (2021). Por uma educação a favor da práxis: ação, educação e cultura. *Research, Society and Development*, 10(1), e54210112104. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.12104>
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, L. V., Pereira, N. M., & Giacomoni, M. P. (2020). Aprender por aprender História: experiência e expansão da vida. *Revista História Hoje*. 9 (17). 258-281. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v9i17.568>
- Silva, L. V., Giacomoni, M. P., de Oliveira, P. H. P., & Cunha, M. C. (2020). A pesquisa sobre jogos como recursos didáticos no campo do Ensino de História no Brasil: um estudo do estado do conhecimento. *HISTÓRIA & ENSINO (UEL)*. 26. 374-399.
- Souza, J. (2015). *A Tolice da Inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.
- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: Estação Brasil*.
- Spolin, V. (2008). *Improvisação para o Teatro*. (5ª. ed.): Perspectiva.
- Stanislavski, C. (2001) *A construção da personagem*. (Trad.) Pontes de Paula, L. (10ª ed.): Civilização Brasileira.
- Tiburi, M. (2013). Contra-educação: Uma reflexão sobre ética e educação. *Colloquium Humanarum*. Presidente Prudente, 10(1). 35-57. <https://doi.org/10.5747/ch.2013.v10.n1.h136>
- Tiburi, M. (2018). *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. (13ª ed.): Record.
- Tiburi, M. (2019). *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*: Record.
- Tiburi, M. (2020). *Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo, ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar*. Rio de Janeiro: Record.
- Tiburi, M. Mercado do ódio. (2022). O amor é um desafio político. *Brasil247*. <https://www.brasil247.com/blog/mercado-do-odio-o-amor-e-um-desafio-politico>
- Van Dijck, J. (2016). *La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Vianna, A. M., & Ferreira, M. dos S. Letramento histórico crítico-genético como fenda extraordinária entre coisas vivas e mortas. *Escrita da História*, [S. l.], n. 7, p. 127–153, 2017.
- Vitória, B. Z. (2019). *Sobre memes e mimimi : Letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.